

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: AS MÃES DIANTE DA VITIMAÇÃO DAS FILHAS

INTRAFAMILIAL SEXUAL ABUSE: MOTHERS TOWARDS DAUGHTERS' VICTIMIZATION

Joana Azevêdo Lima e Maria de Fátima Pereira Alberto
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apreender a forma com que as mães se expõem subjetivamente diante do conhecimento do abuso sexual intrafamiliar das filhas. Participaram mães de meninas vitimadas por abuso sexual intrafamiliar e que foram atendidas no programa especializado. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma individual. A análise dos dados se deu com apoio do *software* Alceste através da Análise Hierárquica Descendente. Os dados obtidos versaram acerca da caracterização que as mães fazem a respeito do abuso sexual das filhas (versam sobre dimensões temporais que envolveram a situação de abuso e sobre detalhes de como aconteceu, expressando a presença de ameaça verbal ou por meio de objetos) e suas vivências subjetivas diante do conhecimento da situação (relatam sentimentos diante da situação, revelando expressões de descrença e desconfiança e relembram sua própria vitimação por abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar no passado).

Palavras-chave: mães; abuso sexual intrafamiliar; vivências subjetivas.

ABSTRACT

This article aims to understand the way that mothers are subjectively exposed towards the acknowledgement of intrafamilial sexual abuse against their daughters. The participants of this research were mothers of girls victimized by sexual abuse within families and who have attended the specialized program. We used interviews, carried out individually. The data were analyzed with the support of the Alcest software through the Descending Hierarchical Analysis. The data dealt about the characterization that mothers do about the sexual abuse of children (temporal dimensions are about the situation involving abuse and details about how it happened, expressing the presence of verbal threat or through objects) and their subjective experiences before the knowledge of the situation (report feelings about the situation, revealing expressions of disbelief and distrust and recall their own victimization by sexual abuse within families and youth infantry in the past).

Keywords: mothers; intrafamilial sexual abuse, subjective experiences.

Introdução

O abuso sexual infanto-juvenil é uma prática de violência que tem sido identificada cada vez mais no Brasil e no mundo, a partir das sucessivas denúncias realizadas. Devido ao crescente número de denúncias, tem sido tratada como um problema de saúde pública, que possui raízes na história da humanidade, desde as mais antigas formações sociais. Trata-se de um tipo de violência que se apresenta com complexidade em suas dimensões sociais, psíquicas, econômicas e políticas (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005).

Quanto a dados de incidência, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR (2010) apresenta informações do serviço de Disque-

-Denúncia Nacional mostrando que, no período de maio 2003 a julho de 2010, cerca de 2.484.755 atendimentos foram realizados e referiam-se a casos de abuso sexual, exploração sexual, violência, tráfico e negligência envolvendo crianças e adolescentes. Nesse número de registros, cerca de 36% das notificações referiam a violência sexual e dentro deste universo de violência sexual, aproximadamente 66% citavam casos de abuso sexual infanto-juvenil. No entanto, mesmo diante dos dados expressos, o que se sabe é que não se pode precisar o número de incidência de violência sexual infanto-juvenil no Brasil, uma vez que a maioria dos casos é subnotificada ou não é denunciada.

Segundo definição de Dunaigre (1999), o abuso sexual infanto-juvenil caracteriza-se como prática sexu-

al em que se envolve um adulto ou alguém com idade suficiente para determinar uma diferença de cinco anos de idade diante do vitimado. O CECRIA (2000) assinala que o adulto se utiliza da criança ou adolescente para satisfazer seu desejo sexual, seja esse ato qualificado como jogo de sedução, como a própria relação sexual, ou uma ação de natureza erótica, com o intuito de buscar o seu prazer sexual.

O abuso sexual pode se dar de duas formas: extrafamiliar ou intrafamiliar. O extrafamiliar é quando ocorre fora do seio familiar, ou seja, o abusador é alguém com quem não se tem grau de parentesco algum (Libório, 2005). O intrafamiliar envolve relação sexual entre pessoas com um grau próximo de parentesco ou que acreditem tê-lo. Significa considerar que, mesmo que não consanguíneos, se afetivamente considerados familiares (padrasto, madrasta, pai adotivo etc.), a gravidade incestuosa se instala (Forward & Buck, 1989).

Padilha e Gomide (2004) afirmam que, quando ocorre dentro da família, o perpetrador mais comum é o pai ou o padrasto e comete a violência contra a filha ou enteada. O CECRIA (1998, 2000) afirma que o abusador possui desenvolvimento físico e psíquico maior, o que presume detenção de poder sobre a criança ou o adolescente. Quando o abusador é amigo da família, esse exerce uma espécie de fascinação, tanto sobre a pessoa vitimada como sobre seus familiares, apresentando-se como alguém agradável, simpático, generoso e atento com todos, mas muito especialmente com a vítima e seus pais. Em não poucas ocasiões, favorece economicamente a família da vítima.

A literatura aponta que, além de a relação entre abusador e vitimado ser caracterizada pelo poder, referindo dominação e subordinação, os abusos sexuais são caracterizados pela presença de sedução e ameaça por parte do abusador. O agressor geralmente inicia a violência utilizando-se da sedução e, na medida em que a vitimada vai percebendo e tenta oferecer resistência, ele lança mão de ameaças e agressões físicas. Trata-se de uma conquista com características sutis, seguida de um envolvimento tão profundo, com poder de anular a capacidade de discernimento do vitimado (a), que culmina com o seu aprisionamento na trama emocional; e, então, o segredo acerca do que está acontecendo é imposto pelo vitimador, que é reforçado constantemente com ameaças de violência ou castigo. Nessas situações, as mães costumam ser o principal foco da ameaça, o que mobiliza os vitimados (as) (Azambuja, 2004; CRAMI & UNICEF, 2002; Furniss, 1993; Lima, 2008; Pfiifer & Salvagni, 2005; Renshaw, 1984).

As mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente exercem papel fundamental diante do

desenvolvimento das ações subsequentes à revelação do abuso intrafamiliar. São elas que mais denunciam os agressores, pois são as figuras mais próximas aos vitimados (as) e, então, com mais possibilidade de perceber traços de incidência ou de receber a notícia. (Habigzang et al., 2005; Lima, 2008).

De acordo com Lima (2008), elas revelam uma carga negativa de sentimentos diante da experiência com seu filho ou filha capaz de gerar sofrimento subjetivo expresso em desamparo, culpa, medo, vulnerabilidade, embotamento afetivo e, até mesmo, a partir da lembrança de sua própria vitimação por abuso sexual quando criança ou adolescente, fato que estava encoberto.

Entre os sentimentos iniciais vivenciados pelas mães, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, encontra-se uma confusão diante da suspeita ou constatação de que o companheiro de fato está cometendo o abuso, e também frente aos sentimentos ambivalentes desenvolvidos em relação ao filho ou filha. Ao mesmo tempo em que sente raiva e ciúme, atribui a si a culpa por não protegê-los. Na verdade, a mãe é igualmente vítima da violência familiar (Araújo, 2002; Furniss, 1993; Habigzang & Caminha, 2004; Lima, 2008).

Dessa forma, a mãe que se revela diante de tal situação é alguém que se constituiu no decorrer de sua história. Alguém que se encontra impelida a tomar decisões baseadas em sua construção, e que deve contemplar a todos de sua família, o que afirma seu papel de responsável pelo cuidado, manutenção de equilíbrio familiar e proteção dos filhos, desde as mais antigas formações familiares (Azevedo & Guerra, 1993; Badinter, 1985; Furniss, 1993; Maldonado, 2000; Maldonado, Bichstein, & Nahoum, 1996).

É nesse contexto arraigado com as raízes remanescentes que as mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente se encontram. Além disso, trazem a sua bagagem histórica e pessoal, baseada no contato com o meio social em que se desenvolveram, que se torna referencial para o desenvolvimento de suas ações. Trata-se de uma subjetividade constituída a partir das condições objetivas com que teve contato, oriunda, portanto, da própria cultura (Jacó-Vilela & Mancebo, 1999; Rey, 2003).

Sendo assim, para se compreender essa mãe, é necessário o conhecimento de sua história, uma vez que, conforme aponta Vygotsky (1998), o sujeito não se constitui de fora para dentro e, tampouco, é reflexo passivo do meio que o circunda, mas produto do contexto sociocultural.

São mulheres que mantêm uma relação com o mundo que as cerca com o pensamento voltado para si e seus múltiplos papéis sociais (mãe, esposa

e dona-de-casa); isso porque têm a intenção de atuar da forma mais satisfatória possível aos olhos da sociedade. Preocupam-se em desenvolver o papel materno em conformidade com os requisitos sociais, os quais possuem base nos registros do passado e que permeiam a história de uma sociedade. Trata-se de um retrato cultural do desenvolvimento social ao qual a mãe se sente impulsionada a se adequar (Marcello, 2005).

Nos casos de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, Azevedo e Guerra (1993), Furniss (1993), CECRIA (2000) e Lima (2008) abordam o valor e a responsabilidade das mães, apontando que elas tendem a fazer reflexões acerca de si mesmas e de seu papel de protetivo ou não protetivo. Após a situação de violência, as mães passam a ser mais atentas e mais próximas a seus filhos, demonstrando mais cuidado e preocupação com seus comportamentos diante da sociedade, protegendo-os.

Assim, compreender a forma como essas mulheres-mães abordam e entendem a situação de abuso sexual intrafamiliar que viveram com o(a) filho(a) torna-se um meio de compreender como elas se constituíram enquanto sujeito ao longo de sua vivência. A partir dessa compreensão, pode-se pensar numa implementação de ações de combate a esse tipo de violência, considerando-se a importância do papel de tais sujeitos diante das situações. Assim, o atendimento dispensado a elas pode ser a chave para a atenção adequada à criança ou adolescente vitimada.

Método

Devido às características subjetivas do objeto em estudo, serviu-se de pesquisa do tipo qualitativa a fim de se atingir a complexidade dos fenômenos vividos pelas mães entrevistadas, a saber, o abuso sexual intrafamiliar praticado contra suas filhas. Diante disso, buscou-se compreender o contexto em que elas estavam inseridas e, assim, alcançar a interpretação de sua ação diante do conhecimento do abuso a partir dos significados que elas mesmas atribuíram em seu discurso.

Participantes

Participaram desta pesquisa 13 mulheres com idades entre 25 e 50 anos, mães de meninas abusadas sexualmente e que foram atendidas num programa municipal de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Quanto à escolaridade, se sobressai o nível de ensino fundamental, e a maior parte delas trabalhava fora de casa exercendo função de copeira, lavadeira de roupas, manicure, funcionária

pública, diarista, empregada doméstica e de técnica em enfermagem.

A escolha se deu de forma não probabilística, do tipo intencional, tendo como critério de tamanho da amostra o critério de saturação (Sá, 1998), a partir do qual se indicou o número de sujeitos participantes diante da repetição das informações de seus relatos; e, assim, os objetivos da pesquisa foram devidamente atendidos.

Instrumento

Serviu-se de entrevista semiestruturada que versava acerca de dados biosociodemográficos e sobre a experiência das entrevistadas com a violência de suas filhas, sobre os procedimentos a partir do conhecimento da situação de abuso intrafamiliar e sobre suas vivências subjetivas. O roteiro e a forma dada à segunda parte do instrumento foram inspirados na história de vida tópica (Minayo, 1994), a partir da qual se enfatizou e se explorou uma determinada situação ou etapa da vida do entrevistado; no caso, a situação do abuso sexual de filhas das mães pesquisadas.

Procedimentos para coleta dos dados

Para esta pesquisa, foram adotados os passos determinados pela Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido submetida à Comissão de Ética de uma Universidade em Manaus/AM. O projeto estava acompanhado de um Termo de Autorização do Programa de atendimento aos casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes de Rondônia, contendo um modelo de Termo de Consentimento que seria assinado pelas mães que participaram da pesquisa. Posteriormente, as mães foram acessadas no Programa a partir dos endereços que forneceram e, assim, informadas de todos os procedimentos e objetivos da pesquisa.

Coleta de dados da entrevista

As entrevistadas foram contatadas a partir de telefonemas ou visitas domiciliares, em locais, datas e horários que elas próprias estabeleceram para a realização das entrevistas. Conforme critério de saturação descrito, foram realizadas treze entrevistas no total, para esta pesquisa, com limite determinado por conta da saturação das informações.

Para a obtenção das informações fornecidas pelas mães participantes da pesquisa, foi utilizado o gravador eletrônico a fim de se obter melhor captação e consequente fidedignidade dos dados. Posteriormente, as entrevistas individuais realizadas foram transcritas em sua forma literal conforme gravação, e então analisadas.

Procedimentos para análise dos dados

Para a análise dos dados das entrevistas realizadas para esta pesquisa, foi utilizado o software ALCESTE (Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto), que, além de permitir uma análise lexical quantitativa que considera a palavra como unidade, também oferece a sua contextualização na entrevista ou *corpus* (Reinert, 1990).

O *corpus* ou banco de dados é formado pelo conjunto de Unidades de Contexto Iniciais (u.c.i.) e, por conseguinte, pelos conteúdos semânticos contidos nas entrevistas que são analisadas. A análise do *corpus* compõe Unidades de Contextos Elementares (u.c.e.) que são segmentos do texto.

Para a apreciação do material, foi feita uma Análise Hierárquica Descendente, o que possibilitou o exame das raízes lexicais e apresentou os contextos nos quais as classes estão inseridas em conformidade ao segmento de textos do *corpus* da pesquisa (Camargo, 2005).

Inicialmente, foi construído um banco de dados no *Word*, versão 2007, com a transcrição literal das entrevistas realizadas para que se possibilitasse a formação do *corpus*. Posteriormente, o arquivo foi salvo no formato texto-txt, tendo as linhas de comando, escritas antes de cada entrevista, sinalizando a separação de cada u.c.i., com as variáveis descritivas dos sujeitos. Depois dessa formatação do *corpus*, o material foi submetido à análise do Alceste.

As etapas operacionalizadas pelo *software* e que se fizeram úteis para esta metodologia foram quatro, conforme se segue: (a) Etapa A: contém três fases e se propõe a fazer a leitura do texto e cálculo do dicionário a partir dos radicais das palavras. Quer dizer que nesta primeira etapa serão reduzidas em suas raízes e, a partir destes radicais, serão agrupadas e então medidas a frequências de ocorrência das palavras; (b) Etapa B: composta de três fases, faz o cálculo das matrizes de dados e classificação das u.c.e., ou seja, após agrupadas em classes de u.c.e em que foram ordenadas de acordo com as semelhanças de vocabulário entre as palavras e também em função de diferenças das u.c.e. das outras classes formadas, a matriz de dados se faz constituída. Essa matriz será submetida a uma Classificação Hierárquica Descendente e então chega-se à composição das classes em si; (c) Etapa C: composta de três fases em que é realizada a descrição das classes de u.c.e. Escolhidas, ou seja, é nesta etapa que o Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente é constituído. Trata-se da fase mais importante no que tange à composição de dados onde será ilustrada a relação entre as classes. É a etapa em que permite descrever cada classe a

partir de seu vocabulário léxico e variáveis encontradas, assim como permite mostrar uma relação entre as classes num plano fatorial através do cálculo da análise fatorial de Correspondência; (d) Etapa D: é a etapa mais longa, possuindo cinco fases e onde são realizados os cálculos complementares. É nesta etapa que se obtém um detalhamento de palavras (léxicos) mais representativas e classificação de palavras num direcionamento ascendente, o que permite um estudo da relação entre os elementos de diferentes classes, isto é, um estudo interclasses (Camargo, 2005).

Resultados e discussão

A análise do resultado compôs 13 u.c.i. que foram submetidas ao processamento pelo *software* Alceste, apresentando 54.691 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 4.060 são palavras ou vocábulos distintos e com uma divisão do *corpus* em 3.371 u.c.e. Para a análise da redução de vocábulos, foram considerados dois critérios padrões, a saber, palavras com frequência igual ou maior à média ($X=4$) e X^2 a partir de 3,84 com grau de liberdade (g.l.) igual a 1.

Após a redução dos vocábulos, suas raízes lexicais, foi possível observar que, das 4.060 palavras, 678 eram analisáveis e 268 eram palavras instrumentos. As 678 palavras analisáveis ocorreram 35 vezes. As 3.371 u.c.e. do *corpus* analisado foram divididas em três classes principais, obtendo-se 2.368 u.c.e., o que corresponde a 70% do aproveitamento total, havendo, assim, um descarte de 30%.

O Dendograma refere-se à distribuição das três classes das vivências das mães que foram apreendidas a partir das entrevistas realizadas. Nesse Dendograma, estão expressos o título que cada uma das classes recebeu, o número de u.c.e. que a compõe, a descrição da classe, bem como as variáveis descritivas relacionadas e as palavras de maior associação com a classe respectiva, levando-se em consideração o coeficiente obtido no teste de associação X^2 .

As vivências das mães podem ser vislumbradas em dois campos representacionais, sendo um constituído pelas classes 1 e 2, que correspondem ao que se denominou Caracterização do abuso sexual; o outro campo é representado pela classe 3 e se refere às Vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual sofrido pelas filhas.

Diante disso, as classes do Dendograma serão discutidas de acordo com as u.c.e. encontradas em cada uma delas.

Distribuição das classes: classificação hierárquica descendente

Classe 1:			Classe 2:			Classe 3:		
Características que envolveram o abuso sexual praticado contra as filhas			Descrição de como aconteceu o abuso sexual contra suas filhas			Vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual sofrido pelas filhas		
452 u.c.e = 19,09 % do total			449 u.c.e = 18,96 % do total			1.467 u.c.e = 61,95 % do total		
Variáveis descritivas:			Variáveis descritivas:			Variáveis descritivas:		
Escolaridade: fundamental			Escolaridade: fundamental			Idade das mães: 25 a 35 anos		
Com quem moram: filhos e outros parentes			Com quem moram: filhos e outros parentes			Com quem moram: filhos e companheiro atual		
Idade das filhas: 6-10 anos			Idade das filhas: 6-10 anos			Trabalham fora de casa		
Parentesco com o abusador: cunhado			Parentesco com o abusador: cunhado			Parentesco com o abusador: esposo/companheiro		
Foi vitimada por abuso sexual na infância ou adolescência: não			Foi vitimada por abuso sexual na infância ou adolescência: não			Foi vitimada por abuso sexual na infância ou adolescência: sim		
Palavras de maior associação:			Palavras de maior associação:			Palavras de maior associação:		
Palavras	Freq.	X ²	Palavras	Freq.	X ²	Palavras	Freq.	X ²
Mês	35	139	Contou	44	72	Pessoa	103	43
Anos	61	92	Punhal	14	60	Uma	223	40
Dia	56	82	Cheguei	39	58	Vida	62	39
Mora	33	73	Vinha	13	50	Coisa	162	36
Fugiu	19	70	Ameaça	13	50	Acontece	107	36
Uns	20	69	Porta	15	49	Entende	63	35
Trabalho	41	69	Dormindo	11	47	Acho	125	32
Casa	66	64	Irmã	41	45	Sei	115	31
Nessa	28	45	Grande	11	41	Tenho	76	30
Delegacia	16	44	Chegou	39	39	Penso	106	27
Época	26	44	Calça	11	37	Pode	57	26
Levou	24	40	Ia	34	36	Vai	93	22
Encontrou	12	40	Tava	42	35	Tipo	43	22
Rio_Branco	10	37	Fala	95	33	Confiar	39	22
Empresa	8	34	Tirou	23	32	Muita	32	20
Semana	9	33	Disse	50	32	Dessas	61	18
Ligar	15	33	Abriu	11	29	Situação	50	18
Colega	13	30	Roupa	11	29	Viver	39	15
Horário	7	30	Vim	12	27	Homem	37	14
Acompanha	7	30	Perna	6	26	Forma	30	14
Registro	9	28	Serve	6	26	Sinto	21	13
Denuncia	9	28	Apavorada	7	25	Difícil	29	13
Do	56	26	Céu	5	21	Abuso	34	12
Rapaz	14	26	Cima	8	21	Gosto	24	12

Campo 1: caracterização do abuso sexual (classes 1 e 2)

Para caracterizar o abuso sexual, faz-se a explicação de dados que o circundam, capazes de ilustrá-lo e fazê-lo compreendido por quem não estava presente na situação descrita:

Classe 1: Características que envolveram o abuso sexual praticado contra as filhas

Esta classe foi estruturada com o número de u.c.e. igual a 452, o que corresponde a 19,09% do total de u.c.e. existentes. Pode-se dizer que possui um poder explicativo do Dendograma mediano, mas que se aproxima muito em porcentagem com a classe 2 (449 u.c.e. = 18,96 % do total). Considerando-se as variáveis descritivas, as u.c.e foram formadas por informações como mulheres mães de meninas com idade entre 6 e 10 anos (idfas_02), que possuem nível escolar fundamental (esc_01), residem com seus filhos e outros parentes (mora_03), que as filhas foram vitimadas pelo seu cunhado (pas_02) e que não possuem história de vitimação por abuso sexual em sua infância ou adolescência (vitim_02).

Percebe-se, na classe 1, que as mulheres verbalizam acerca da descrição do entorno do abuso sexual praticado contra suas filhas, trazendo à tona o quesito temporalidade como expressão frequente, através de palavras como: dia, mês, ano, semana, época e horário.

De acordo com Lima (2008), quando as mães tomam conhecimento do abuso sexual intrafamiliar contra as filhas, tendem a buscar informações mais completas acerca do que e como aconteceu. Passam a ter uma preocupação acerca do tempo que durou a prática do abuso sexual, se houve conjunção carnal, questionam as próprias filhas e, em alguns casos, seguem para inquirir o agressor; e, então, denunciam.

Furniss (1993) aponta que as mães, ao tomarem conhecimento, tendem a adotar uma postura protetiva diante dos filhos, não somente da vitimada. A mãe, de fato, apresenta-se com um papel protetor de grande responsabilidade. Não somente porque é o adulto não abusivo, mas também pela característica social a ela atribuída de cuidadora principal.

A literatura revela que, mesmo diante desse tipo de situação que gera abalo e, muitas vezes, cisão familiar, a mãe, ainda assim, permanece como responsável pelo elo e harmonia da família. A ela é atribuída, social e historicamente, a responsabilidade da união familiar (Azevedo & Guerra, 1993; CECRIA, 1998; Furniss, 1993; Habigzang & Caminha, 2004; Habigzang et al., 2005; Renshaw, 1984).

Outro dado percebido de associação, característico dessa classe, foi a menção feita aos lugares envolvi-

dos no abuso ao versar sobre: casa, empresa, trabalho, delegacia e Rio Branco.

Esses achados corroboram o que a literatura aponta para a incidência de o abuso sexual infanto-juvenil ocorrer, na maior parte, quando da ausência da mãe. Os motivos dessa ausência são pelo fato de estar trabalhando, apontando ser característico que a mãe e o pai (ou padrasto) possuam horários de trabalho diferentes, o que propicia a situação de essa figura masculina estar sozinha com a criança ou adolescente em casa. Afirmam que, nessa situação, o abusador tende a buscar intimidade e controle sobre a vida das crianças (Habigzang & Caminha, 2004; Lima, 2008).

Diversos autores revelam que há uma predominância efetiva da incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço privado, destacando-se a residência da vítima ou do agressor (Azambuja, 2004; Faleiros & Campos, 2000; Squizzato & Pereira, 2004).

A literatura mostra ainda que o vitimador se utiliza do domínio também do espaço físico onde ocorre a agressão, manipulando mais ainda a situação e, assim, causando maior confusão e impacto à família. Isso porque o lugar privilegiado de seu papel ante a família da criança lhe permite distorcer de maneira mais perversa as relações (Azambuja, 2004; Faleiros & Campos, 2000; Squizzato & Pereira, 2004).

Esta classe 1 caracteriza-se ainda pela verbalização de palavras que remetem ao que se analisou como um discurso envolto de experiência prática a respeito dos trâmites jurídicos que envolvem a situação de abuso sexual, que puderam ser percebidos a partir da incidência de palavras como: delegacia, registro e denúncia. Quer dizer que as participantes expressam sua história a partir de seu discurso reflexo das experiências que vivenciaram, ou seja, pode-se inferir a partir da análise desta classe 1 que as mães entrevistadas são mulheres que em suas vidas alguma vez já estiveram em contato com alguma situação que envolveu trâmites relativos a situações de abuso sexual.

De acordo com Vygotsky (1998), a experiência vivenciada se constitui fator fundamental para a composição do sujeito, e é justamente a existência de uma experiência que determina a consciência desenvolvida pelo sujeito diante de toda a sua vida. Diante disso, corroborando com Vygotsky (1998), Molon (2009) aponta que todas as experiências possuem natureza histórica e uma origem sociocultural.

Classe 2 Descrição de como aconteceu o abuso sexual contra suas filhas

De acordo com o número de u.c.e. que estrutura essa classe (449 u.c.e. = 18,96% do total), pode-se dizer que possui o menor poder explicativo do Dendograma. A respeito das variáveis descritivas que a constituem, a

classe 2 é formada por mães com as mesmas características descritas para a classe 1: mulheres com escolaridade em nível fundamental, mães de meninas com idades entre 6 e 10 anos, em que o abusador era seu cunhado e que não possuem histórico de vitimação por abuso em sua infância ou adolescência.

As palavras de maior associação nessa classe referem a forma como aconteceu o abuso sexual, como: ameaça, punhal, dormindo, roupa, perna, apavorada, cima, vinha, tirou e abriu.

Quando há abuso sexual, a literatura aponta para a incidência significativa de violência física e/ou psicológica associada à situação. A ameaça é uma característica constante em casos de abuso, o que refere o reforço feito pelo vitimador para imposição ou manutenção de uma espécie de segredo entre ele e a vítima. Não obstante, podem-se efetivar situações de suborno em que se alcance o intento de que as vitimadas não revelem para ninguém da família ou fora dela o abuso sexual que está acontecendo (Furniss, 1993; Lima, 2008; Renshaw, 1984).

As ameaças caracterizam-se pelo envolvimento de muitos membros da família, não somente da menina. As mães são o principal foco da ameaça, o que mobiliza as meninas abusadas e, na maioria das vezes, as convence de permanecer em segredo (Furniss, 1993; Lima, 2008; Pfifer & Salvagni, 2005).

No entanto, esta classe 2 fornece dados que motivam interpretação de indicativos de providência das mães ante o conhecimento da situação de abuso praticado contra a filha. Isso porque, ao se fazer uma análise das palavras que foram destacadas nessa classe, vê-se que a metade delas refere-se a um verbo de ação, como: contou, cheguei, vinha, chegou, ia, tava, fala, tirou, disse, abriu e vim.

Furniss (1993) aponta que as mães optam por um comportamento protetor e por um excesso de cuidado com os membros da família, em especial com as filhas vitimadas, revelando-se mães cuidadosas e carinhosas. São mães que pela proximidade com seus filhos são capazes de perceber uma eventual mudança no comportamento dos filhos como também no processo familiar (incluindo o comportamento do marido). São essas mães que, quando o abuso ainda está ocorrendo em sua família, tomam providências para interromper sua continuidade tão logo captem os sinais da incidência. Geralmente, são mães que revelam o abuso, tomando medidas para proteger os filhos (Furniss, 1993).

Segundo pesquisa realizada e publicada por Habigzang et al. (2005), a mãe é quem mais denuncia a vitimação do(a) filho(a), e isso se deve possivelmente ao fato de que elas são as pessoas mais próximas dos(as) filhos(as) e, portanto, para quem os(as) vitimados(as) revelam o abuso. Desse modo, tornam-se ainda figuras

importantes para a comprovação ou não da violência, auxiliando os autores importantes para o esclarecimento do ocorrido.

Campo 2: vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual sofrido pelas filhas (classe 3)

Para esse eixo, são elencadas as construções que as mães participantes fizeram diante do conhecimento do abuso sexual praticado contra suas filhas. Trata-se de expressões subjetivas referentes às experiências vividas por essas mães, que emergiram diante da história de abuso sexual de sua filha.

Conforme se observa, essa classe possui 1.467 u.c.e, o que corresponde a 61,95 % do total. Ressalta-se que ela é a classe de maior poder explicativo desse Dendrograma 1. No que tange às variáveis descritivas, a classe 3 é formada por mães com idade que varia entre 25 e 35 anos, que trabalham fora de casa, que residem com os filhos e com o esposo ou companheiro atual, que o grau de parentesco entre ela e o abusador é de esposo ou companheiro, e são mulheres com história de vitimação por abuso em sua infância ou adolescência.

As palavras de maior associação nesta classe foram: pessoa, vida, coisa, acontece, entende, acho, sei, tenho, penso, pode, vai, tipo, confiar, muita, dessa, situação, viver, homem, forma, sinto, difícil, abuso e gosto. Percebe-se que os conteúdos apontam a presença de expressões subjetivas referentes às experiências vividas por essas mães, que emergiram diante da história de abuso sexual de sua filha.

Recebe destaque nas variáveis descritivas desta classe 3 o fato de as mães terem sido também vitimadas pelo abuso sexual em sua infância ou adolescência, o que afirma tratar-se de uma classe com palavras que exprimem a forma como tais mulheres se constituíram diante da situação de abuso sexual vivida com suas filhas.

Lima (2008) afirma que, nos casos de abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil, as mães que tiveram a filha vitimada por essa forma de violência e que também possuem história de vitimação por abuso sexual em sua vida recordaram-se de suas próprias vitimações ao tomarem conhecimento da violência incidida contra sua filha. Narvaz e Koller (2006) assinalam que mães e filhas vitimadas pela mesma experiência, a de abuso sexual intrafamiliar, e que nunca se dispuseram a falar sobre isso, se reconectam com suas histórias de dor e violência, e que, ao ousarem falar sobre o assunto, terminam por traçar um caminho diferente daquele feito por suas próprias mães, o que pode culminar na possibilidade de ajuda mútua.

Quando as mães tomam conhecimento da violência praticada pelo agressor, sendo este alguém de seu convívio familiar, elas podem iniciar um processo de negação da violência, pois muitas não creem em sua filha. Passam a não confiar nas pessoas, principalmente quando do sexo masculino (Furniss, 1993).

O papel desse abusador nas famílias das entrevistadas era de alguém de quem não se podia desconfiar; mas, pelo contrário, de alguém com quem se podia contar quando em situações adversas. Alguém que estabelece uma relação íntima de confiança também com a criança vitimada, capaz de se certificar de que a mesma não revelará as agressões, e, às vezes, de que ela nem se queixará caso ele ultrapasse os limites dela (Habigzang & Caminha, 2004).

A literatura assinala que elas vivem um sentimento de distanciamento com o mundo, com a presença de perda de interesse em estabelecer relações sociais, principalmente novas, e muita dificuldade em conectarem-se com emoções, especialmente as associadas à intimidade e à sexualidade. Além da incapacidade para recordar o trauma, esses sintomas se acentuariam à medida que o indivíduo se encontrasse em situações que recordassem ou simbolizassem o trauma original (Freitas, 2002; Furniss, 1993; Habigzang & Caminha, 2004).

Considerações finais

As mães de meninas abusadas sexualmente no âmbito intrafamiliar entrevistadas, ao se depararem com a realidade da violência, tendem a buscar uma compreensão própria acerca do que estão vivendo. Caracterizam o acontecido de acordo com conhecimentos pautados nas experiências sócio-históricas que as constituem.

Na tentativa de caracterizar o abuso sexual sofrido pelas filhas, as entrevistadas referem expressões que revelam temporalidade, o que exprime a preocupação que têm a respeito da duração do abuso, do tempo que levaram para denunciar ou tomar quaisquer outras providências, bem como a respeito da morosidade das ações judiciais subsequentes à denúncia feita. Tais expressões revelam ainda a origem do discurso envolto de palavras comuns ao universo jurídico, aspectos que indicam o caminho percorrido pelas entrevistadas no trato com a situação de abuso sexual sofrido pela filha.

Os dados revelaram que as mães buscam contextualizar o abuso sexual contra as filhas apresentando dados detalhados da forma como aconteceu a violência. Verbalizam acerca de materiais que foram utilizados para que as filhas fossem ameaçadas e como as meninas se encontravam no momento em que foram abordadas pelo abusador, se em casa ou não e o que estavam fazendo.

Ao referirem o que acontecera com a filha, elas expressam como se sentiram diante do conhecimento do abuso e também como compreenderam tal situação. A vivência dessas mães diante do abuso sexual intrafamiliar praticado contra suas filhas envolveu um sofrimento subjetivo que as permitiu associá-lo diretamente a seu próprio abuso quando eram crianças ou adolescentes também.

Diante da experiência do abuso da filha e da memória de sua própria vitimação, as mães sentem dificuldades em confiar em outras pessoas, especialmente quando se trata de alguém do gênero masculino. Isso se prende à característica da intimidade decorrente do grau de parentesco que possui com o abusador de sua filha e também com o seu perpetrador do passado. Quanto mais próximas deles, mais se sentem desconfiadas, podendo desenvolver sentimento de vulnerabilidade e medo ante qualquer pessoa. Muitas delas passam a viver um relacionamento conjugal com problemas, uma vez que as lembranças da situação de vitimação recorrem em sua memória.

Trata-se de mulheres-mães que também foram vítimas da situação de abuso sexual praticada contra a filha. Isso porque não somente passam a questionar-se acerca de seu papel de mãe, como também se recordam de sua história de vitimação quando criança ou adolescente, passando a reviver sentimentos e sensações que lhe trazem sofrimento.

Diante disso, o lugar de vitimada se confirma e, em consequência, a necessidade de atenção a elas. Isso porque o papel da mãe no desenvolvimento das condutas referentes ao abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar é de elevado grau de importância. Depende delas a revelação ou não da violência além do curso das ações subsequentes a essa revelação. A postura de mãe protetiva ou não é decisiva também para o acolhimento da criança ou adolescente vitimado.

E, desse modo, notando-se o importante papel materno diante das situações de abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar, constata-se a necessidade da existência de Políticas Públicas apropriadas e efetivas, com a presença de Programas adequados à realidade desta população afetada. Certamente, quando acolhidas e atendidas convenientemente, estas mulheres-mães-vitimadas tornam-se instrumentos importantes no trato de vitimados por este tipo de violência.

Referências

- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (Orgs.). (1993). *Infância e*

- violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad., 10ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1980)
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, J. C. Jesuino, & B. V. Camargo (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: EdUFPB.
- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA. (1998). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração comercial de crianças e adolescentes: relatório final*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Ministério da Justiça.
- CRAMI & UNICEF. (2002). *Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor* (Série Fazer valer seus Direitos, 1). São Paulo: Cortez.
- Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In: UNESCO. *Inocência em perigo - Abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet* (pp. 9-23). Rio de Janeiro: Garamond.
- Faleiros, E. T. S. & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: CECRIA/MJ-SEDH-DCA/FBB/UNICEF.
- Forward, S. & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Freitas, R. C. S. (2002). Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari. *Psicologia USP*, 13(2), 69-103.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). *Abuso Sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Jacó-Vilela, A. M. & Mancebo, D. (1999). *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ.
- Libório, R. M. C. (2005) Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração comercial na sociedade contemporânea [Versão eletrônica]. *Psicologia Reflexão e Crítica* 18(3), 413-420.
- Lima, J. A. (2008). *As vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
- Maldonado, M. T. (2000). *Psicologia da gravidez: parto e puerpério*. São Paulo: Saraiva.
- Maldonado, M. T., Bichstein, J., & Nahoum, J. C. (1996). *Nós estamos grávidos* (8ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Marcello, F. A. (2005). Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. *Revista Brasileira de Educação*, 29, 139-151.
- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (3ª ed.). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- Molon, S. I. (2009). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*. 18(1), 49-55.
- Padilha, M. G. S. & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *J. Pediatria*, 81(5), 197-204.
- Reinert, M. (1990). Alceste: une methologie d'analyse des donnees textuales et une application. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, 28, 24-54.
- Renshaw, D. C. (1984). *Incesto: compreensão e tratamento*. São Paulo: Roca.
- Rey, F. G. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira.
- Sá, G. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR. (2010). *Disque denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes - 100*. Acesso em 13 de abril, 2012, em http://www.prac.ufpb.br/copac/escolaqueprotege/documentos/FEPETIPB_241110/FEPETIDD.pdf
- Squizzato, A. & Pereira, W. R. (2004). *Caracterização das vítimas de violência sexual a partir da análise dos registros feitos pela coordenadoria geral de medicina legal de Cuiabá - MT, no ano de 2004*. Acesso em 24 de novembro, 2007, em http://www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/Seminario_ana.squizzato.pdf.
- Vygotsky, L. S. (1989). *Pensamento e linguagem* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em: 02/02/2010

Revisão em: 08/12/2010

Aceite em: 16/02/2011

Joana Azevêdo Lima é Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA/UFPB). Endereço: Av. Juarez Távora, 3000/404. Torre. João Pessoa/PB, Brasil. CEP 58040-022. Email: joazeli@hotmail.com

Maria de Fátima Pereira Alberto é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Endereço: Rua Sebastião Interaminense, 369/202, Bessa. João Pessoa/PB, Brasil. CEP 58036-300. Email: jfalberto@uol.com.br

Como citar:

Lima, J. A. & Alberto, M. F. P. (2012). Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 412-420.